

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.387.544 - RJ (2018/0281283-2)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES
AGRAVANTE : TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO - RJ069747
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802
BRUNO DI MARINO - RJ093384
EURICO DE JESUS TELES NETO - RJ121935
THIAGO VILAS BOAS ZIMMERMANN - RJ148790
MARIA BEATRIZ DE SOUZA MOREIRA - RJ165758
GABRIEL PINA RIBEIRO - RJ217837
AGRAVADO : OS MESMOS

DESPACHO

Vistos.

Fls. 3.249/3.252e – Trata-se de manifestação de oposição ao julgamento virtual (art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ) do Agravo Interno de fls. 3.178/3.235e interposto contra decisão que não conheceu do Agravo em Recurso Especial (fls. 3.166/3.170e), apresentada por **TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**.

Argumenta, em síntese, que (fl. 3.251e):

3. Trata-se, como se vê, de recuso de extrema importância, não apenas em razão da complexidade e relevância das teses de direito veiculadas, mas, também, pelo exorbitante valor da multa administrativa aplicada à Oi, que se encontra em processo de recuperação judicial.
4. Diante da relevância das teses veiculadas pelas agravantes, os eminentes Ministros Og Fernandes, Herman Benjamin, Sérgio Kukina, além de V. Exa, determinaram, recentemente, em demandas análogas (AREsp nº 1.210.550/RJ 1.085.154/RJ, nº 1.784.889/RJ, nº 1.787.998/RJ, 1.443.239/RJ, AREsp 1.809.152, AREsp 1.423.273 e AREsp nº 1.473.693), versando, tal como esta, sobre nulidade de multas aplicadas pela Anatel – tendo como macro temas: (i) suposta violação ao Plano Geral de Metas de Universalização; (ii) interrupções sistêmicas; (iii) comercialização do Plano de Acesso Individual Classe Especial (AICE) – a convalidação de agravos e a sua autuação como recursos especiais, para melhor exame das questões ali postas.
5. Esses temas, portanto, da mais alta dignidade jurídica, serão ainda apreciados por essa e. Corte e demandam, como é razoável, não só a

presença dos advogados das partes na sessão de julgamento, a ser realizada presencialmente, como, inclusive, e sobretudo, a oportunidade de que sejam realizadas sustentações orais.

Nos termos do art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159 da mesma norma.

Por sua vez, o art. 184-E do RISTJ disciplina que a manifestação de oposição ao julgamento virtual dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico. Findo tal prazo, será liberada, de maneira automática, a consulta ao relatório e voto do relator aos Ministros integrantes do respectivo Órgão Julgador, que decidirão, no prazo de 7 (sete) dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico.

Depreende-se da sistemática acima prevista, que o julgamento em sessão virtual proporciona aos membros dos órgãos colegiados amplo intervalo de tempo para análise do feito e tomada de decisão.

Além disso, ausente prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que, na forma do art. 184-A, parágrafo único, do RISTJ, somente são passíveis de apreciação nas sessões virtuais Embargos de Declaração, Agravo Interno e Agravo Regimental, recursos que, em regra, não permitem a realização de sustentação oral e, ainda, porque no período de julgamento do feito poderão as partes apresentar memoriais.

No caso em exame, verifico que não existe fundamento apto a embasar o pedido, tendo em vista que as alegações apresentadas na manifestação de oposição não trazem qualquer especificidade suficiente a lastrear o afastamento da sistemática de julgamento virtual.

Posto isso, **INDEFIRO** o pedido.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

